

EDITAL
MESTRADO EM EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E ENSINO DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO
(Edição 2020-2022)

Nos termos do Decreto-Lei nº 42/2005, de 22 de fevereiro, do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, com as alterações que lhes foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº 65/2018, de 16 de agosto, do regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário em vigor e demais legislação aplicável.

Ao abrigo do Despacho n.º 9310/2015, de 17 de agosto (Diário da República, 2ª Série, nº 159, de 17 de agosto de 2015), que publica a caracterização e plano de estudos do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico a ministrar na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, que foi objeto de acreditação prévia por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior e registado, na Direcção-Geral do Ensino Superior, com o número R/A -Cr 126/2015, de 21 de julho de 2015.

No cumprimento do Regulamento Académico do 2.º Ciclo de Estudos do Instituto Politécnico de Coimbra, em vigor, faz-se saber que está aberto concurso de acesso ao referido ciclo de estudos, a iniciar no ano letivo de 2020/2021, o qual se rege pelas seguintes disposições:

1. Em conformidade com o regime jurídico da habilitação profissional para a docência em vigor:

Podem candidatar-se ao acesso ao ciclo de estudos conducente ao grau de mestre os titulares da licenciatura em Educação Básica.

1.1. Dando cumprimento ao disposto na mesma legislação, os candidatos terão de realizar uma prova escrita e oral de Língua Portuguesa com tarefas que comprovem o domínio das regras essenciais da argumentação lógica e crítica, da responsabilidade da área científica de Língua Portuguesa da Escola Superior de Educação de Coimbra.

2. As candidaturas são efetuadas on-line, através do endereço <https://infoestudante.ipc.pt/> sem prejuízo do disposto no n.1 do art. 9º do Regulamento Académico do 2.º Ciclo de Estudos do IPC.

No processo de candidatura deve ser anexado:

- a) Documentos comprovativos das habilitações de que o candidato é titular, com informação das classificações finais (no caso de documento estrangeiro, o candidato deverá apresentar, também, a respetiva tradução);
- b) Curriculum vitae;
- c) Documentos comprovativos das informações fornecidas no curriculum vitae (opcional);
- d) Formulário de candidatura (disponível na plataforma);
- e) Digitalização do IBAN (para que possam ser devolvidos os montantes pagos caso o curso não venha a funcionar);
- f) Digitalização do documento de identificação e do número fiscal (ao colocar este(s) documento(s) estão a consentir o seu uso pelos SGA. Em caso de não consentimento deverão dirigir-se pessoalmente ao Gabinete de Mestrados).

3. Os prazos fixados são os seguintes:

1ª Fase:

- Candidatura: da data da homologação até 17 de abril de 2020;
- Validação das candidaturas pelo serviço: até 22 de abril de 2020;
- Prova escrita e oral de língua portuguesa: 23 de abril de 2020;
- Seriação das candidaturas pelo júri: até 28 de abril de 2020;
- Disponibilização da lista seriada provisória: até 29 de abril de 2020;
- Reclamações: até 5 de maio de 2020;
- Decisão sobre as reclamações e afixação de lista seriada definitiva: até 8 de maio de 2020;
- Matrícula e inscrição: de 11 a 15 de maio de 2020.

2ª Fase:

- Candidatura: de 20 de abril até 21 de julho de 2020;
- Validação das candidaturas pelo serviço: até 22 de julho de 2020;
- Prova escrita e oral de língua portuguesa: 22 de julho de 2020;
- Seriação das candidaturas pelo júri: até 23 de julho de 2020;
- Disponibilização da lista seriada provisória: até 24 de julho de 2020;
- Reclamações: até 28 de julho de 2020;
- Decisão sobre as reclamações e afixação de lista seriada definitiva: 29 de julho de 2020;
- Matrícula e inscrição: de 30 de julho a 7 de agosto de 2020.

3ª Fase:

- Candidatura: de 22 de julho a 11 de setembro de 2020;
- Validação das candidaturas pelo serviço: até 16 de setembro de 2020;
- Prova escrita e oral de língua portuguesa: 17 de setembro de 2020;
- Seriação das candidaturas pelo júri: até 22 de setembro de 2020;

- Disponibilização da lista seriada provisória: até 23 de setembro de 2020;
- Reclamações: até 28 de setembro de 2020;
- Decisão sobre as reclamações e afiação de lista seriada definitiva: 30 de setembro de 2020;
- Matrícula e inscrição: de 1 a 9 de outubro de 2020.

4ª Fase:

- Candidatura: de 1 a 7 de outubro de 2020;
- Validação das candidaturas pelo serviço: até 9 de outubro de 2020;
- Prova escrita e oral de língua portuguesa: 12 de outubro de 2020;
- Seriação das candidaturas pelo júri: até 13 de outubro de 2020;
- Disponibilização da lista seriada provisória: até 14 de outubro de 2020;
- Reclamações: até 16 de outubro de 2020;
- Decisão sobre as reclamações e afiação de lista seriada definitiva: até 19 de outubro de 2020;
- Matrícula e inscrição: de 20 a 23 de outubro de 2020.

4. Sob proposta do Presidente da ESEC fixa-se em 30, o número de vagas colocadas a concurso para ingresso no mestrado, com a seguinte distribuição: 1.ª Fase: 15 vagas, 2.ª Fase: 13 vagas, 3.ª Fase: 1 vaga e 4.ª Fase: 1 vaga.

4.1. Caso existam vagas sobrantes serão revertidas para a fase seguinte.

4.2. Caso exista uma candidatura que não seja admitida por falta de vagas, esta transita para a fase seguinte, salvo indicação em contrário do candidato, voltando a ser seriada com isenção do emolumento de candidatura.

5. O curso funciona em regime diurno. A ESEC garantirá a abertura do curso mediante a existência de um número mínimo de 12 alunos, consideram-se conjuntamente os alunos do presente mestrado e do Mestrado em Educação Pré-Escolar.

5.1. A Presidência da ESEC decidirá no final da 3.ª Fase (12 de outubro de 2020) e/ou 4.ª Fase (26 de outubro de 2020) se existem condições para a abertura do curso com o número de alunos existentes à data.

6. O curso de mestrado compreende dois anos letivos, decorrendo a presente edição de setembro de 2020 a novembro de 2022, de acordo com o Calendário Escolar. A data limite para entrega do relatório de estágio será 30 de novembro de 2022.

7. O modo de cálculo da classificação final do Mestrado resulta da média ponderada em função do número correspondente de ECTS, arredondada às unidades (considerando como unidade a fração não inferior a cinco décimas), das classificações obtidas pelos estudantes nas unidades curriculares que integram o respetivo plano de estudos. A classificação será expressa no intervalo da escala numérica inteira de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação. Em caso de aprovação, a classificação final do Mestrado é expressa por um valor do intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20 e no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificação.

8. São devidas:

- Taxa de candidatura – 75 € (Ficam isentos os estudantes que no ano letivo anterior tenham concluído uma licenciatura no IPC);
- Matrícula (1.º ano)/Inscrição (ano subsequente) – 75 €;
- Propinas edição 2020/2022 – 1.º ano: c) Propinas edição 2020/2022 – 1.º ano: De acordo com o n.º 27 do Decreto-Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto “O valor das propinas devidas pela inscrição no ciclo de estudos conducente ao grau de mestre no ensino público, quando a sua conjugação com um ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado seja indispensável para o acesso ao exercício de uma atividade profissional, é igualmente fixado nos termos previstos para o ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, na sua redação atual.”; 2.º ano: proporcional ao número de ECTS a que o aluno se matricula, tendo como referência o valor da propina do 1.º ano;
- Propina de prorrogação, se aplicável – 50% do valor da propina fixada para esse ano.

9. Todas as informações relativas a estrutura curricular, plano de estudos e créditos; processo de creditação; concretização das componentes relativas ao curso de mestrado e relatório de estágio; regimes de precedências e de avaliação; regras a observar na orientação e na coorientação e processo de atribuição da classificação final devem ser consultadas no Regulamento do Mestrado, disponível no *site* institucional da ESEC e no Regulamento de Creditação do IPC, disponível em: <https://www.ipc.pt/pt/o-ipc/documentos/estatutos-e-regulamentos>.

10. Apenas podem candidatar-se os titulares da licenciatura em Educação Básica.-Os candidatos admitidos a concurso serão ordenados tendo em consideração a classificação obtida por aplicação da fórmula $C = L$, em que **C** é a classificação final, **L** é a classificação da licenciatura com arredondamento às décimas.-Em caso de empate serão utilizados os seguintes critérios: i) média das classificações obtidas nas unidades curriculares de Iniciação à Prática Profissional; ii) experiência profissional no domínio da formação; iii) preferência aos diplomados pela ESEC.

11. Às situações não contempladas no presente Edital aplica-se o disposto no Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, no Regulamento Académico do 2.º Ciclo de Estudos do Instituto Politécnico de Coimbra (em vigor) e no Regulamento do Mestrado sendo os casos omissos decididos pelo Conselho Técnico-Científico da ESEC, ouvido o Diretor de Curso.